

1 Contexto Operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Certos montantes dos saldos comparativos foram reclassificados para aprimoramento das divulgações das demonstrações financeiras do exercício, com impacto nas demonstrações do resultado entre linhas no resultado financeiro.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que opera, gera e consome caixa.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 13 – Imobilizado

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado anualmente para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

• Nota 18 – Compromissos de arrendamento operacional

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

• Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

• **Nota 26 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• **Nota 17 - Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia divulga as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- obrigações de benefícios definidos dos empregados são apresentados pelo valor presente da obrigação atuarial líquido do valor justo dos ativos do plano.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Coligadas (Equivalência patrimonial)	Participação direta e indireta	
	31/12/2017	31/12/2016
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer Ltda.	50,00%	50,00%

⁽¹⁾ Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos inclui os gastos com transação.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

3.2 Instrumentos financeiros

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis.

a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, que levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

i) Títulos e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento superior a três meses na data da compra e outros valores mobiliários pelos quais existe mais que um risco insignificante de mudança de valor devido a taxa de juros, preço cotado ou penalidade na retirada.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem compromissadas de debêntures ativamente gerenciadas pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

i) Caixa restrito

O caixa restrito é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos da Companhia, bem como *escrow* para alienações fiduciárias.

ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem debêntures. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores. Podem incluir ativos de instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. Quando um investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado têm seus ganhos e perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar, parcelamento de débitos – REFIS, limite de cheque especial bancário e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

- **Capital social**

- **Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12.

- **Ações preferenciais**

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido são reconhecidos como passivo.

- **Instrumentos financeiros derivativos, incluindo *hedge accounting***

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- i) as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- ii) um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- iii) o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

i) *Hedges* de valor justo:

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

ii) Outros instrumentos financeiros derivativos

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento e não se qualificam como *hedge accounting*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Imobilizado

- **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- i) o custo de materiais e mão de obra direta;
- ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- iii) uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

- **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais médias anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo, previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, quando aplicável.

3.5 Intangível

- **Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja necessário.

3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

- **Ativos financeiros não derivativos**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

- i) **Ativos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado**

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo de venda menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs).

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

- **Benefícios pós-emprego**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Receita

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário e de transporte de contêineres, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida composta por adiantamentos recebidos de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

3.10 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

3.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

- a) **Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

3.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

3.13 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos.

Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

3.14 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.15 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa

- **Transações que não envolvem caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- i) Compra de imobilizado a prazo no montante de R\$56.189 em 31 de dezembro de 2017.
- ii) Arrendamento de locomotivas, vagões e outros ativos através de operação caracterizada contabilmente como leasing financeiro no montante de R\$199.162 em 31 de dezembro de 2016.
- iii) Aporte de ativos pela controladora Rumo no montante de R\$898.923 em 31 de dezembro de 2016.

- **Classificação de juros e dividendos**

- (i) A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações através do aumento dos dividendos recebidos de empresas coligadas.
- (ii) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia estimou o impacto estimado da adoção da IFRS 15 e IFRS 9 sobre o patrimônio em 1º de janeiro de 2018 baseando-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

O ajuste total estimado (líquido de impostos) no saldo de abertura do patrimônio líquido da Companhia em 01 de janeiro de 2018 é de R\$512. O ajuste estimado se refere à redução em reservas de lucros, devido a perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquido dos efeitos tributários.

- **IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes**

A IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- i. Identificar o contrato;
- ii. Identificar as obrigações de desempenho;
- iii. Determinar o preço da transação;
- iv. Alocar o preço da transação; e
- v. Reconhecer a receita

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas.

- a) Prestação de serviços**

A Companhia atua na prestação de serviço de transporte. Os serviços são vendidos por conta própria em contratos (formais ou não) identificados e, normalmente, separados com os clientes.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15 resulte em diferenças no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

b) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e, em muitos casos, aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras. Em particular devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos que incluem uma contraprestação variável, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho, além da desagregação das receitas por componentes de venda de bens e serviços. Em 2017 a Companhia testou os controles internos, políticas e procedimentos necessários para coletar e divulgar as informações necessárias e concluiu que o impacto nas divulgações não será significativo devido às características dos serviços prestados pela Companhia.

c) Outros ajustes

As exigências de reconhecimento e mensuração na IFRS 15 também são aplicáveis ao reconhecimento e mensuração de quaisquer ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros (tais como itens do imobilizado e ativos intangíveis), quando essa alienação não ocorrer no curso normal das operações. Na transição, contudo, não foram identificadas diferenças decorrentes dessas mudanças para a Companhia.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, impairment e *hedge accounting*. A IFRS 9 é efetiva para exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018, com permissão de aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornecer informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de *hedge*, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não irá reapresentar informações comparativas. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos do IFRS 9. Esta avaliação é baseada em informações disponíveis atualmente e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e suportáveis que estão sendo disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando adotará a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras e no patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9. A Companhia espera um aumento nas provisões de perda resultando em um impacto negativo sobre patrimônio conforme discutido abaixo. Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço ou patrimônio na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Esperamos continuar medindo pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os instrumentos de patrimônio, atualmente mantidas como disponíveis para venda, com ganhos e perdas registrados no resultado, manterão a mensuração pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis são detidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, a reclassificação para esses instrumentos não resultará em impactos no balanço e no patrimônio.

b) *Impairment*

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida e contas a receber de clientes, seja em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos comerciais. A Companhia determinou que, devido à natureza não garantida dos seus empréstimos e recebíveis, a provisão para perdas aumentará, com a correspondente redução do ativo fiscal diferido.

c) *Hedge accounting*

A Companhia determinou que todas as relações de *hedge* existentes atualmente designadas em relações de *hedge* efetivas continuarão a ser qualificadas para *hedge accounting* de acordo com a IFRS 9. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os hedges onde a Companhia excluiu os pontos de avanço de a designação de cobertura de acordo com a IAS 39. Como a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade responde por *hedges* efetivas, a aplicação dos requisitos de *hedge* da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Outros ajustes

Além dos ajustes descritos acima, na adoção da IFRS 9, outros itens das demonstrações financeiras, tais como impostos diferidos e investimentos em associadas, serão ajustados conforme necessário. As diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior também serão ajustadas.

• IFRS 16 Arrendamentos

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. O impacto mais significativo identificado decorrerá do registro de novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de ativos.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de recolhimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bancos conta movimento	352	74.580
Aplicações financeiras	<u>153.016</u>	<u>167.857</u>
	<u>153.368</u>	<u>242.437</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	153.016	141.137
Operações compromissadas	-	26.720
	<u>153.016</u>	<u>167.857</u>

A gestão de caixa da Companhia é centralizada na controladora Rumo. Consequentemente, variações nos saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (veja nota 6) não são representadas exclusivamente pelas operações da Companhia mas também por adiantamentos e outras operações financeiras com partes relacionadas (veja nota 10).

6 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	<u>1.590.176</u>	<u>430.098</u>
	<u>1.590.176</u>	<u>430.098</u>

(i) Títulos públicos mantidos para negociação possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

Caixa restrito

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações vinculadas a empréstimos	<u>95.019</u>	<u>63.474</u>
Fianças bancárias	<u>117</u>	<u>24.097</u>
	<u>95.136</u>	<u>87.571</u>

7 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes terceiros	<u>191.851</u>	<u>219.895</u>
Clientes partes relacionadas (Nota 10)	<u>23.114</u>	<u>11.921</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(14.065)</u>	<u>(2.034)</u>
	<u>200.900</u>	<u>229.782</u>

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	<u>103.097</u>	<u>206.317</u>
Vencidas		
Até 30 dias	<u>51.035</u>	<u>9.251</u>
De 31 a 60 dias	<u>690</u>	<u>1.511</u>
De 61 a 90 dias	<u>41.505</u>	<u>685</u>
Mais de 90 dias	<u>18.638</u>	<u>14.052</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(14.065)</u>	<u>(2.034)</u>
	<u>200.900</u>	<u>229.782</u>

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>(2.034)</u>	<u>(1.364)</u>
Adições	<u>(16.720)</u>	<u>(946)</u>
Reversões	<u>4.689</u>	<u>276</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(14.065)</u>	<u>(2.034)</u>

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos, ou no caso de falência, saldo integral independente do prazo.

8 Outros tributos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos federais a compensar		
PIS/COFINS	110.108	36.019
ICMS (i)	19.138	16.992
ICMS CIAP (ii)	7.103	3.792
Outros	401	108
	136.750	56.911
Circulante	101.284	16.513
Não circulante	35.466	40.398
	136.750	56.911

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado

9 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores	13.419	-
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10) ⁽ⁱ⁾	2.492.196	1.967.818
Total	2.505.615	1.967.818
Circulante	315.796	1.967.818
Não circulante	2.189.819	-

- (i) Os adiantamentos a fornecedores são referentes a partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

10 Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	18.060	9.253
Raízen Combustível S.A.	883	551
Rumo Malha Sul S.A.	1.259	8
Rumo S.A.	1.164	76
Brado Logística S.A.	1.402	748
Outros	346	1.285
	23.114	11.921
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	300.000	1.913.737
Outros	2.378	54.081
	302.378	1.967.818
Ativo circulante	325.492	1.979.739
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Sul S.A.	113.334	-
Portofer Transp. Ferrovi. Ltda	68.859	-
Rumo Malha Paulista S.A.	2.004.920	-
Outros	2.705	-
	2.189.818	-
Mútuo		
Rumo Malha Sul S.A.	1.158.867	1.198.758
	1.158.867	1.198.758
Debêntures privadas		
Rumo S.A.	663.065	595.401
	663.065	595.401
Ativo não circulante	4.011.750	1.794.159
Total do ativo	4.337.242	3.773.898
	31/12/2017	31/12/2016
Passivos		
Fornecedores		
Portofer Transp. Ferrovi. Ltda	57.252	7.638
Rumo Malha Paulista S.A.	113.488	3.093
Raízen Combustível S.A.	17.591	6.011
Rumo Malha Sul S.A.	36.018	693
Rumo S.A.	19.984	27.500
Brado Logística S.A.	3.449	2.592
Outros	1.351	320
	249.133	47.847
Debêntures Privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	-	175.437
	-	175.437
Passivo circulante	249.133	223.284
Debêntures Privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	186.526	-
	186.526	-
Passivo não circulante	186.526	-
Total do passivo	435.659	223.284

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida		
Rumo Malha Paulista S.A.	239.783	201.854
Rumo Malha Sul S.A.	3.943	11.607
Brado Logística S.A.	14.981	11.086
Raízen Energia S.A.	9.742	6.791
Raízen Combustíveis S.A.	10.102	8.131
Outras	466	894
	279.017	240.363
Compras de serviços		
Rumo Malha Paulista S.A.	(1.265.337)	(1.192.169)
Raízen Combustíveis S.A.	(124.310)	(91.093)
Rumo S.A.	(12.000)	(30.423)
Rumo Malha Sul S.A.	(29.002)	(23.545)
Brado Logística S.A.	(3.048)	(5.075)
Elevações Portuárias S.A.	(1.060)	-
Outras	(206)	(1.444)
	(1.434.963)	(1.343.749)
Despesas compartilhadas		
Rumo Malha Sul S.A.	(49.532)	(12.972)
Portofer Transp. Ferrov.	(30.297)	(29.351)
Outras	(6.698)	(3.375)
	(86.527)	(45.698)
Resultado financeiro		
Rumo Malha Sul S.A.	119.003	74.056
Rumo S.A.	80.663	121.910
Rumo Malha Oeste S.A.	(21.518)	(19.794)
Outras	-	2.121
	178.148	178.293

c) Remuneração da administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 14.916 (sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo).

11 Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 450.000 emitidas pela sua controladora como segue:

	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures privadas - Rumo S.A.	06/01/2015	450.000	06/01/2020	CDI+1,30% a.a	663.065	595.401

O saldo de atualização financeira em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 67.663 (R\$ 79.801 em 31 de dezembro de 2016).

12 Investimentos em coligadas

	Número de ações da investida	Ações da Companhia	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	7.669	(3.205)	-	-	4.464
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	18.370	5.479	(6.307)	-	17.542
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	16.998	1.335	(2.691)	5	15.647
Portofer	50.251.533	25.125.767	50,00%	44.690	-	-	-	44.690
Total				87.727	3.609	(8.998)	5	82.343

	Número de ações da investida	Ações da Companhia	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	5.138	2.531	-	-	7.669
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	19.701	2.557	(3.754)	(134)	18.370
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	15.558	3.620	(2.180)	-	16.998
Portofer	50.251.533	25.125.767	50,00%	44.695	-	-	(5)	44.690
Total				85.092	8.708	(5.934)	(139)	87.727

Informações das investidas

	31/12/2017			
	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Termag S.A.	178.152	155.833	22.319	7.295
Terminal XXXIX	44.940	13.661	31.279	2.765
TGG S.A.	240.075	53.110	186.965	43.210
Portofer	235.414	76.987	158.427	69.047

	31/12/2016			
	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Termag S.A.	185.364	148.035	37.329	9.906
Terminal XXXIX	43.226	14.618	28.608	7.492
TGG S.A.	222.685	38.910	183.775	24.320
Portofer	184.944	95.554	89.390	-

13 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ^{(i) /} ⁽ⁱⁱ⁾	Via permanente ⁽ⁱ⁾	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldos em 01 de janeiro de 2017	105.944	106.762	3.193.203	2.412.390	102.573	16.614	5.937.486
Adições	-	-	13.742	-	757.089	-	770.831
Baixas	-	(4.780)	(1.607)	(3.695)	(27.810)	(6.791)	(44.683)
Transferências	5.468	69.101	294.530	51.477	(449.683)	861	(28.246)
Em 31 de dezembro de 2017	111.412	171.083	3.499.868	2.460.172	382.169	10.684	6.635.388
Valor de depreciação:							
Saldos em 01 de janeiro de 2017	(33.290)	(44.152)	(839.606)	(688.320)	-	(7.847)	(1.613.215)
Adições	(5.330)	(11.885)	(232.260)	(151.255)	-	(691)	(401.421)
Baixas	-	4.551	1.607	749	-	2.500	9.407
Transferências	3.538	(6)	27.080	(558)	-	(2.972)	27.082
Em 31 de dezembro de 2017	(35.082)	(51.492)	(1.043.179)	(839.384)	-	(9.010)	(1.978.147)
Saldos em 01 de janeiro de 2017	72.654	62.610	2.353.597	1.724.070	102.573	8.767	4.324.271
Saldos em 31 de dezembro de 2017	76.330	119.591	2.456.689	1.620.788	382.169	1.674	4.657.241

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Vagões e locomotivas (i) / (ii)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:						
Saldos em 01 de janeiro de 2016	232.112	1.958.434	2.258.014	35.899	133.063	4.617.522
Adições	-	20.374	3.246	423.143	242	447.005
Aporte de ativos da Rumo S.A	-	898.923	-	-	-	898.923
Baixas	-	(1.281)	-	(14.361)	(7.299)	(22.941)
Transferências	(126.168)	316.753	151.130	(342.108)	(2.630)	(3.023)
Em 31 de dezembro de 2016	105.944	3.193.203	2.412.390	102.573	123.376	5.937.486
Valor de depreciação:						
Saldos em 01 de janeiro de 2016	(54.021)	(686.157)	(441.676)	-	(38.576)	(1.220.430)
Adições	(14.379)	(153.818)	(219.717)	-	(9.694)	(397.608)
Baixas	-	370	-	-	3.861	4.231
Transferências	35.110	(1)	(26.927)	-	(7.590)	592
Em 31 de dezembro de 2016	(33.290)	(839.606)	(688.320)	-	(51.999)	(1.613.215)
Saldos em 01 de janeiro de 2016	178.091	1.272.277	1.816.338	35.899	94.487	3.397.092
Saldos em 31 de dezembro de 2016	72.654	2.353.597	1.724.070	102.573	71.377	4.324.271

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

(ii) Em 31 de dezembro de 2017, vagões e locomotivas no montante de R\$ 191.965 foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 14).

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão. A data base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2017	31/12/2016	Vencimento
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	8,83%	848.653	779.134	jun-29
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,26%	99.255	117.868	fev-24
NCE	112,00% do CDI	7,75%	59.858	120.069	dez-18
	125,00% do CDI	8,69%	644.766	-	jun-23
	129,62% do CDI	10,68%	-	552.576	jun-23
	CDI + 3,50%	10,63%	294.968	294.516	dez-18
	CDI + 3,47%	11,89%	-	80.486	nov-17
	Dólar (US)	7,38%	2.594.751	-	fev-24
	Pré-fixado (US\$)	5,45%	13.232	-	jun-19
Bancos Comerciais	CDI + 4,91% a.a.	12,14%	98.078	163.815	jun-19
			4.653.561	2.108.464	
Debentures					
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	7,46%	57.172	116.951	jul-18
	Pré-fixado	13,13%	163.750	163.862	out-20
	CDI + 3,50%	10,63%	1.359.125	2.347.271	jun-23
	128,00% do CDI	8,90%	499.576	-	dez-25
Debêntures privadas - Rumo Malha Oeste	CDI + 1,50%	-	186.526	175.437	dez-20
			2.266.149	2.803.521	
Total			6.919.710	4.911.985	
Circulante			679.970	577.204	
Não circulante			6.239.740	4.334.781	

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures são garantidos por avais da Companhia, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 3,0% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$426.439 (R\$395.522 em 31 de dezembro de 2016).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 6,89% e TJLP de 7,0%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
13 a 24 meses	518.088	577.126
25 a 36 meses	831.862	503.559
37 a 48 meses	687.828	996.274
49 a 60 meses	658.911	807.025
61 a 72 meses	479.523	778.341
73 a 84 meses	2.698.726	404.562
85 a 96 meses	151.666	40.219
A partir de 97 meses	213.136	227.675
	<u>6.239.740</u>	<u>4.334.781</u>

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Reais (R\$)	4.311.727	4.911.985
Dólar (US\$)	2.607.983	-
Total	<u>6.919.710</u>	<u>4.911.985</u>

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINAME** – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Nota de crédito de exportação - NCE

Em 11 de abril de 2017, a Companhia emitiu uma nota de crédito à exportação, no valor total de US\$ 750.000, com vencimento em fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente. Este foi o instrumento utilizado para internalização dos recursos obtidos através da emissão da “*Senior Notes due*” 2024, pela Rumo Luxembourg Sarl (“Rumo Luxembourg”), em 9 de fevereiro de 2017. Essa dívida está protegida por *Swaps* de câmbio e juros (derivativos que trocam variação cambial da moeda estrangeira (USD) mais juros por moeda local (BRL) mais percentuais do CDI). O custo da dívida passou a ser 144,8% do CDI.

Debêntures

Em 31 de junho de 2016, a Companhia efetuou a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$2.433.269, com vencimento em junho de 2023. As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela Rumo S.A. Os recursos captados foram utilizados no processo de reperfilamento de parte das dívidas da Companhia e do grupo vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

Em 5 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a décima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$500.000, com vencimento em 5 de dezembro de 2025. As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela Rumo S.A.

Linha de crédito não utilizada

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 15.250 (R\$ 87.120 em 31 de dezembro de 2016).

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A controladora Rumo S.A está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas envolvendo indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros mais restritivos consistem em: (i) endividamento abrangente líquido (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários e instrumentos derivativos vinculados à operações de crédito, deduzidos de títulos e valores mobiliários, bem como caixa e equivalentes de caixa)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários e operações de derivativos). A apuração para os covenants acima é anual na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da controladora Rumo S.A, sendo que eventual *default* geraria impacto reflexo nos contratos da Companhia.

O *ratio* pactuado para 31 de dezembro de 2017 é de até 4,3x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,4x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017. Os limites são restringidos anualmente até que atinjam 3,0x e 2,0x, em 2020 e 2021, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía empréstimos junto ao BNDES, sujeitos às cláusulas de “*covenants*”. Essas exigências foram substituídas por fianças bancárias.

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Saldo em 01 de janeiro de 2016	2.673.339
Captações	2.823.597
Amortização de principal	(1.115.288)
Pagamento de juros	(461.637)
Atualização monetária, cambial e valor justo	991.974
Saldo em 01 de janeiro de 2017	4.911.985
Captações	3.631.399
Amortização de principal	(1.922.383)
Pagamento de juros	(642.813)
Atualização monetária, cambial e valor justo	941.522
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.919.710

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	613.899	128.758
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(208.726)	(43.778)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	1.227	2.961
Efeito de amortização do direito de concessão	9.689	10.079
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	56	(1.360)
Efeito redução alíquota SUDAM	74.347	10.092
Outros	6.062	3.509
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(117.345)	(18.497)
Taxa efetiva	19,11%	14,37%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	49.302	81.466
Base negativa de contribuição social	17.500	29.397
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	14.273	13.474
Provisão <i>impairment</i>	13.152	33.340
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	4.782	692
Provisões para não realização de impostos	20.077	13.869
Provisões de participações no resultado	2.754	1.505
Revisão de vida útil	124.031	86.915
Diferenças temporárias	11.924	15.667
Outros	59.221	51.277
Tributos diferidos - Ativos	317.016	327.602
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(47.111)	(47.111)
Créditos passivos de diferenças temporárias:		
Arrendamento mercantil	(94.001)	(15.682)
Tributos diferidos - Passivos	(94.001)	(15.682)
Total de tributos diferidos registrados	175.904	264.809

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituída uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nenhuma provisão foi reconhecida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 01 de janeiro de 2016	255.075
Resultado	10.759
Outros	(1.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	264.809
Resultado	(88.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	175.904

16 Fornecedores

O saldo dos fornecedores da Companhia é composto por:

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de serviços e materiais	356.395	162.017
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	17.610	6.027
Outros	39.790	33.827
Total	413.795	201.871
Fornecedores	164.662	154.024
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10)	249.133	47.847
	413.795	201.871

17 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis, regulatórias e ambientais	15.325	12.374
Trabalhistas	23.517	22.902
	38.842	35.276

	Depósitos judiciais	
	31/12/2017	31/12/2016
Tributária	999	920
Cíveis, regulatórias e ambientais	938	83
Trabalhistas	21.001	15.053
	22.938	16.056

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Tributária	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Em 01 janeiro de 2016	-	11.654	25.162	36.816
Provisionados no exercício	-	344	9.413	9.757
Baixas por reversão / pagamento	-	(759)	(13.150)	(13.909)
Atualização monetária	-	1.135	1.477	2.612
Em 01 janeiro de 2017	-	12.374	22.902	35.276
Provisionados no exercício	126	510	14.391	15.027
Baixas por reversão / pagamento	(126)	(114)	(17.497)	(17.737)
Atualização monetária	-	2.555	3.721	6.276
Em 31 de dezembro de 2017	-	15.325	23.517	38.842

a) Tributárias

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	83.423	80.123
Plano de Opção de Compra de Ações	9.391	8.790
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	70.073	64.833
ICMS TAD ⁽ⁱⁱⁱ⁾	62.646	58.005
Outros	27.653	25.547
	<u>253.186</u>	<u>237.298</u>

- (i) ICMS – Exportação: Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transportes ferroviário de mercadorias destinadas às exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) IRPJ/CSLL – Provisões trabalhistas: Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

Adição do período referente a processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.

- (iii) ICMS TAD: O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósitos (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação idônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. Conforme demonstrado pela empresa, na verdade, as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea, razão pela qual são improcedentes tais autuações.

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis ⁽ⁱ⁾	17.987	17.414
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	922	915
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	61.750	55.009
	<u>80.659</u>	<u>73.338</u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/12/2017	31/12/2016
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	58.269	64.792
	58.269	64.792

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

18 Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamento financeiro são:

	31/12/2017				31/12/2016
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
<u>Pagamentos mínimos futuros</u>	312.831	624.677	248.437	1.185.945	1.560.270
Material rodante	294.532	551.480	166.090	1.012.102	1.368.127
Terminal	18.299	73.197	82.347	173.843	192.143
<u>Juros na parcela</u>	(80.162)	(170.189)	(47.346)	(297.697)	(410.367)
Material rodante	(69.555)	(136.199)	(31.525)	(237.279)	(338.545)
Terminal	(10.607)	(33.990)	(15.821)	(60.418)	(71.822)
Valor presente dos pagamentos mínimos	232.669	454.488	201.091	888.248	1.149.903
Circulante				232.669	279.961
Não circulante				655.579	869.942

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Saldo em 01 de janeiro de 2016	1.172.469
Atualização juros, variação monetária e cambial	338.182
Amortização de principal	(182.983)
Pagamento de juros	(177.765)
Saldo em 01 de janeiro de 2017	1.149.903
Atualização juros, variação monetária e cambial	135.996
Amortização de principal	(209.994)
Pagamento de juros	(187.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	888.248

Arrendamentos operacionais

	Total dos pagamentos mínimos futuros			
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	31/12/2017	31/12/2016
Bens				
Locomotivas	565	1.130	1.695	2.346
Vagões	1.762	5.287	7.049	8.971
Total	2.327	6.417	8.744	11.317

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

19 Certificado recebíveis imobiliários

A Companhia firmou contratos de alugueis de terminais que foram objetos de securitização que resultou em cessão dos direitos destes créditos, cujo saldo é:

Terminal	Taxa	Prazo	Data inicial	31/12/2017	31/12/2016
Terminal de Alto Araguaia-MT	CDI + 2,6% a.a.	30/11/2018	28/11/2008	81.939	163.941
				81.939	163.941
Circulante				81.939	78.427
Não circulante				-	85.514

20 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas, 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

b. Incentivos fiscais – SUDAM

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 74.347 (R\$ 10.092 em 31 de dezembro de 2016), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia.

c. Lucros acumulados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	496.554	110.261
Destinações:		
Transferência para reserva legal	(24.828)	(5.529)
Transferência para incentivos fiscais	(74.347)	(10.092)
Transferência para reserva para investimentos	(279.507)	(71.229)
Dividendos	(117.932)	(23.743)
Custo atribuído	60	332
	<u>-</u>	<u>-</u>

d. Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi pago, a título de antecipação de dividendos, o montante de R\$ 99.870.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2018.

	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	496.554
Constituição da reserva legal – 5%	24.828
Base de cálculo para distribuição de dividendos	471.726
Dividendos mínimos obrigatórios	117.932

21 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. Não foram identificados itens com possíveis efeitos dilutivos, portanto, o lucro básico e diluído são iguais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Básico e diluído

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador		
Resultado líquido do exercício	496.554	110.261
Por ação ordinária	459.500	98.831
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	34.720	10.710
Por ação preferencial "B"	2.334	720
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	752.961
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	76.089	74.177
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.626	5.484
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,4148	0,1317
Por ação preferencial "A"	0,4563	0,1449
Por ação preferencial "B"	0,4148	0,1317

22 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta na venda de serviços	3.485.696	2.753.514
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(113.229)	(160.968)
Receita operacional líquida	3.372.467	2.592.546

23 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhado como segue:

a) Despesas por natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Material de uso na prestação serviço	(72.081)	(61.654)
Mão de obra contratada	(45.478)	(45.073)
Despesas com pessoal	(151.676)	(116.618)
Despesas com transporte	(1.267.818)	(1.261.510)
Depreciação e amortização	(402.234)	(398.234)
Arrendamento mercantil operacional	(5.618)	(11.484)
Outras despesas	(75.034)	(79.288)
	(2.019.939)	(1.973.861)

b) Classificadas como:

Custo dos serviços prestados	(1.967.867)	(1.954.934)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(52.072)	(18.927)
	(2.019.939)	(1.973.861)

24 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(795.961)	(530.506)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(125.643)	10.736
Resultado com derivativos e valor justo	99.469	(3.475)
Amortização dos gastos de captação	(35.001)	(16.048)
Fianças e garantias sobre dívidas	(13.699)	(11.174)
	(870.835)	(550.467)
 Rendimento de aplicação financeira	 133.880	 81.181
	133.880	81.181
 Custo da dívida, líquida	 (736.955)	 (469.286)
 Juros sobre outros recebíveis	 197.861	 218.079
Arrendamento mercantil	(106.436)	(146.418)
Despesas bancárias e outros	(31.221)	(36.475)
Certificado de recebíveis imobiliários	(17.614)	(33.695)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(11.282)	(7.827)
Variação cambial e derivativos	3.053	2.763
Juros sobre outras obrigações	(49.085)	(19.986)
	(14.724)	(23.559)
 Resultado financeiro, líquido	 (751.679)	 (492.845)
 Despesas financeiras	 (1.075.700)	 (816.716)
Receitas financeiras	347.142	313.848
Variação cambial	(125.093)	8.362
Derivativos	101.972	1.661
Resultado financeiro, líquido	(751.679)	(492.845)

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2017	31/12/2016
Constituição de provisão para demandas judiciais	(10.056)	(782)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	873	(1.796)
Ressarcimento seguro	20.765	2.701
Outras receitas (despesas) líquidas	(2.141)	(5.913)
	9.441	(5.790)

26 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	1.590.176	430.098
Instrumentos financeiros derivativos	107.440	-
	1.697.616	430.098
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	153.368	242.437
Contas a receber de clientes	200.900	229.782
Recebíveis de partes relacionadas	1.158.867	1.198.758
Debêntures privadas	663.065	595.401
Caixa restrito	95.136	87.571
	2.271.336	2.353.949
Total	3.968.952	2.784.047
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.324.959	4.911.985
Arrendamento mercantil	888.248	1.149.903
Certificado de recebíveis imobiliários	81.939	163.941
Fornecedores	413.795	201.871
Outros passivos financeiros	37.105	15.022
Dividendos a pagar	19.717	47.587
Parcelamento de débitos - REFIS	3.240	3.766
	5.769.003	6.494.075
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.594.751	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.303
	2.594.751	12.303
Total	8.363.754	6.506.378

Durante o exercício, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e aleatórias nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição aos riscos de juros e câmbio da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	160.000	160.000	1.349	(12.303)
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	2.405.595	-	106.091	-
Total de instrumentos contratados pela Companhia	2.565.595	160.000	107.440	(12.303)
Ativos			107.440	-
Passivos			-	(12.303)

(a) Risco de crédito

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾	153.368	242.437
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	1.590.176	430.098
Caixa restrito ⁽ⁱⁱ⁾	95.136	87.571
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	200.900	229.782
Debentures privadas	663.065	595.401
Recebíveis de partes relacionadas	1.158.867	1.198.758
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	107.440	-
	3.968.952	2.784.047

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é o valor registrado, como demonstrado na nota 14, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2017</u>
AA	198.970
AAA	1.747.150
Total	<u>1.946.120</u>

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>				<u>31/12/2016</u>
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.132.822)	(818.067)	(3.280.193)	(3.826.954)	(9.058.036)
Fornecedores	(413.795)	-	-	-	(413.795)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(37.105)	-	-	-	(37.105)
Parcelamento de débitos - REFIS	(1.273)	(545)	(753)	(910)	(3.481)
Arrendamento mercantil	(381.338)	(272.910)	(436.749)	(282.550)	(1.373.547)
Certificado recebíveis imobiliários	(87.867)	-	-	-	(87.867)
Dividendos a pagar	(19.717)	-	-	-	(19.717)
Instrumentos financeiros derivativos	(58.935)	(75.703)	(358.209)	(81.605)	(574.452)
	<u>(2.132.852)</u>	<u>(1.167.225)</u>	<u>(4.075.904)</u>	<u>(4.192.019)</u>	<u>(11.568.000)</u>
					<u>(9.660.280)</u>

- (i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "*confirming*", "*forfaiting*" ou risco sacado e são considerados instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$37.105 (R\$15.022 em 31 de dezembro de 2016). Essas operações tiveram o Banco Itaú e o Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 8.80% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utilize derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

I. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	(12.740)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.607.983)
Instrumentos financeiros derivativos	<u>2.594.751</u>
Exposição cambial, líquida	<u>(25.972)</u>

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
31/12/2017	Cenários					
	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Em 31 de dezembro de 2017	3,3080	3,4000	4,2500	5,1000	2,5500	1,7000

No cenário provável a Companhia utiliza o dólar projetado por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2018.

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Fornecedores	Alta do USD	(354)	(3.274)	(6.547)	3.274	6.547
Instrumentos financeiros derivativos	Baixa do USD	161.877	771.774	1.543.548	(771.774)	(1.543.548)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do USD	(72.532)	(670.128)	(1.340.256)	670.128	1.340.256
Impactos no resultado do exercício		<u>88.991</u>	<u>98.372</u>	<u>196.745</u>	<u>(98.372)</u>	<u>(196.745)</u>

(i) **Risco de taxa de juros**

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros⁽ⁱ⁾	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	10.170	2.295	4.591	(2.295)	(4.591)
Caixa restrito	1.573	698	1.397	(698)	(1.397)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(247.997)	(61.999)	(123.998)	61.999	123.998
Certificado recebíveis imobiliários	(5.186)	(1.296)	(2.593)	1.296	2.593
Arrendamento mercantil	(33.377)	(8.344)	(16.689)	8.344	16.689
Instrumentos financeiros	107.440	(421.318)	(785.080)	490.748	1.064.244
Impactos no resultado do período	(167.377)	(489.964)	(922.372)	559.394	1.201.536

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,89% a.a. e 7,0% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

O cenário provável considera as projeções da Companhia para as taxas de juros, como segue:

	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,75%	8,40%	10,10%	5,10%	3,40%
CDI	6,33%	7,90%	9,50%	4,70%	3,20%
TJLP	7,00%	8,80%	10,50%	5,30%	3,50%
IPCA	3,29%	4,10%	4,90%	2,50%	1,60%

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Consultoria Tendências.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo da NCE em dólar é determinado através da utilização da Curva interpolada de Juros Futuro de DI de um dia da BM&FBOVESPA e dos Contratos futuros de dólar negociado na BM&FBOVESPA. O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 14.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de *default*.”

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo					
			31/12/2017			31/12/2016		
	31/12/2017	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos								
Títulos e valores mobiliários	1.590.176	430.098	-	1.590.176	-	-	430.098	-
Instrumentos financeiros derivativos	107.440	-	-	107.440	-	-	-	-
Total	1.697.616	430.098	-	1.697.616	-	-	430.098	-
Passivo								
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.303	-	-	-	-	12.303	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.594.751	-	-	2.594.751	-	-	-	-
Total	2.594.751	12.303	-	2.594.751	-	-	12.303	-

Hedge accounting – Valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações em que ambos os saldos (instrumentos de *hedge* e os itens cobertos) são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida	Derivativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Mensuração inicial	2.457.196	-	2.457.196
Amortização de juros	(56.688)	(16.551)	(73.239)
Valor justo	194.243	122.642	316.885
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.594.751	106.091	2.700.842